

Salvaguarda do Património – Antecedentes Históricos

**MIGUEL
SOROMENHO**

IPM
INSTITUTO PORTUGUÊS
DOS MUSEUS

**NUNO VASSALLO
E SILVA**

MUSEU DE S. ROQUE

DA IDADE MÉDIA AO SÉCULO XVIII

Podemos fazer reportar à Antiguidade os primeiros exemplos conhecidos de uma preocupação explícita pelos objectos do passado. É célebre o interesse que o Império romano votou aos testemunhos materiais da civilização grega, sobretudo depois do saque de Corinto (146 a.C.), quando para Roma foi enviado um importante conjunto de objectos artísticos. Tratava-se aqui, é certo, de uma atitude motivada pelo comprovado reconhecimento da superioridade da cultura grega¹ mas a origem diversa dos espólios reunidos nos saques, cujo valor de prestígio contribuiu para um nascente gosto pelo coleccionismo, permitiu a valorização de produções das mais diferentes origens².

Nem mesmo durante a Idade Média o classicismo deixou de constituir uma reserva de valores plásticos regularmente adaptados às novas necessidades de representação da história sagrada. Essa transposição, que se operou de modo espectacular através da adaptação da iconografia da mitologia clássica às principais figuras bíblicas – Júpiter identificado com Deus ou com o Papa, Poseidon e Atenas com Adão e Eva, entre outros – marcou os «renascimentos» dos séculos VIII-IX e XI-XII³. Os vestígios monumentais clássicos foram eles próprios objecto de um processo de adaptação. As novas igrejas construíram-se muitas vezes sobre templos pagãos, outras usaram material de aproveitamento de velhos edifícios, e alguns foram sagrados ao novo culto, com ligeiras alterações que pudessem responder às necessidades rituais cristãs. Não só um estrito interesse utilitário orientou estas readaptações. Registava-se ao mesmo tempo um fascínio inegável pelo Antigo e pelos seus restos visíveis⁴.

Só com o Renascimento encontramos porém a consciência de uma distância cultural em relação ao passado clássico. O «Quattrocento», se começou sob o signo dos estudos literários e de

transcrições e levantamentos epigráficos, definindo uma relação com a cultura clássica essencialmente filológica, moral e política, depressa valorizou os aspectos arqueológicos e arquitectónicos. Com efeito, «a partir de 1430 e sob o pontificado de Eugénio IV (1431-1447), os humanistas, em particular os da corte pontifical, são unânimes em apelar à conservação e a uma protecção vigilante aos monumentos romanos»⁴. Este zelo conservacionista, que deve ser temperado no entanto pelos relatos de destruições regulares de edifícios góticos e mesmo antigos, introduz algumas insuspeitáveis novidades. Não só se multiplicaram campanhas de obras informadas por programas coerentes de reconstrução, conservação ou restauro como, por vezes, elas incidem paradoxalmente sobre construções estranhas ao paradigma clássico. Estes processos, já indiciados por Panofsky⁵, encaixavam-se numa procura de «unidade de estilo» e resolveram-se maioritariamente em situações de compromisso – caso da fachada de Santa Maria Novella, em Florença, gizada cerca de 1455 por Alberti⁶ – ou de modernização total, pela aposição de organismos actualizados a estruturas preexistentes, bem ilustrada no método «per ristorare cose vecchie» que S. Serlio inscreveu no Livro VII, e que preconizava a unificação de fachadas através da imposição de um eixo de simetria e da regularização da fenestração⁷. Casos mais radicais foram os episódios que rodearam a delineação de projectos para o zimbório da catedral de Milão, e tanto Francesco di Giorgio Martini como Bramante propuseram planos de execução num gótico arquitectonicamente inatacável⁸, do mesmo modo que, em Vicenza, Andrea Palladio intervinha como «restaurador» no palácio Volti-Maltauro respeitando o seu carácter tardo-gótico⁹.

Estes exemplos, sancionados teoricamente pela categoria albertiana da «conformità», isto é, a harmoniosa correspondência entre as diversas partes de um edifício, levantaram pela primeira vez, como correlato lógico, o problema do historicismo em arquitectura, ou seja, o esforço mimético de adequação a um estilo original, problema invisível que passaria a acompanhar, aliás, de perto, quase todas as tentativas posteriores de intervenção em edifícios antigos. Durante o século XVII e grande parte do século XVIII, o panorama manteve-se inalterado. Fora de Itália, contudo, onde a ortodoxia em relação às regras clássicas era menos evidente, as velhas tradições construtivas nunca desapareceram. Sobretudo a Norte, os mestres pedreiros e arquitectos «continuaram a aplicar o estilo antigo com uma completa indi-

ferença, sem se porem problema algum de dependência ou de oposição estilística»¹⁰, em combinações tão inventivas como as da Deutschordenkirche de Viena, ou as das torres ocidentais da catedral de Mainz, na Alemanha¹¹. Era antes de mais um saber prático, de estaleiro, que acusava uma continuidade de métodos inalterados desde a Idade Média e que permitirá, por exemplo, entre 1644 e 1646, o lançamento da abóbada nervurada de Saint-Germain-des-Prés, em Paris, ou a reconstrução da nave da igreja abacial de Andlau, na Alsácia, depois de 1698¹².

O movimento de retorno ao gótico, que se aproveitou em grande parte da sobrevivência destes expedientes técnicos, era preparado paralelamente por recolhas literárias, investigações historiográficas e levantamentos gráficos de ruínas e edifícios medievais. Em Inglaterra, onde foi mais precoce e mais profundo, agregou-se a uma sólida tradição de restauros e obras de conservação e moda de construções góticas de raiz, iniciada por Horace Walpole em Strawberry Hill (1753), e continuada pela fantástica residência de Fonthill Abbey, que o arquitecto-restaurador James Wyatt ergueu entre 1796 e 1817 para William Beckford.

É ainda nesta época que se alargam as fronteiras culturais da Europa. A viagem a Roma – até então base principal da formação dos letrados europeus – expande-se lentamente a todos os locais onde existissem vestígios da arquitectura grega e romana. Os programas destas deambulações seriam agora pretexto para que outras produções artísticas se tornassem aos poucos mais conhecidas, passando a sustentar uma florescente literatura de viagens pródiga em paragens exóticas.

A problemática da conservação edílica, que teve grandes responsabilidades na reabilitação do gótico durante o século XVIII, não deixou, por maioria de razões, de se desenvolver em torno da arquitectura clássica. Foi justamente a partir das primeiras escavações sistemáticas das cidades de Pompeia e Herculano, em 1738, que se levantaram importantíssimas questões. De facto, desde o início, os trabalhos arqueológicos foram acompanhados por equipas de técnicos encarregados de restaurar as esculturas desenterradas. A um excesso de zelo inequívoco dos restauradores reagiu por exemplo Wincklemann, confrontando, na *Carta ao Conde de Brühl* (1762), a adulteração dos originais com a destruição pura e simples de restos considerados menores¹³. Esta polémica, que se referiu sempre a intervenções sobre o espólio escultó-

rico – tendo causado também escândalo, em 1757, a notícia de destruição de pinturas murais – não deixou por isso de constituir um precedente crítico sobre os limites e acertos de acções de restauro, numa discussão facilmente extrapolável para o domínio da arquitectura.

Em Portugal, ao longo da Idade Média, foram comuns as medidas de protecção de edifícios, sobretudo militares, o que naturalmente se entendia por razões estratégicas ligadas a imperativos de defesa territorial. O aproveitamento frequente de trechos remanescentes dos recintos muralhados muçulmanos – necessário pela rapidez requerida para as obras de fortificação – foi completado por legislação régia adequada, da qual já se encontra eco em Afonso X, o Sábio, que preconizava a manutenção de castelos e, sobretudo, de construções antigas¹⁴. A urgência deste esforço revelou-se mesmo no tipo de obrigações que oneravam então as populações, referindo-se a anúduva, por exemplo, à prestação obrigatória de trabalho na construção e reparo de castelos, o que só veio a ser consideravelmente atenuado, entre nós, por D. Afonso III, em 1265¹⁵.

Além da marca régia destas medidas, foi decisiva, neste campo, a acção das Ordens Militares. As Visitações, destinadas a inspeccionar tanto a conformidade do culto com as orientações papais como a conservação dos edifícios religiosos e militares, constituíram-se como poderoso mecanismo de controlo destas políticas. Não deixa de ser significativo que na edição de 1542 da *Regra e Statutos da Ordem de Santiago* a isso seja feita referência pois «algüs alcaydes mores e comendadores de nossa ordem, esquecidos da obrigaçam que tem de olharem pelas fortalezas dela e de as terem bem repairadas e a bom recado por algüs respeytos particulares nam vivem nas tais fortalezas onde tem apousentamentos e por ysto se danificam e perdem»¹⁶. A conservação de bens imóveis, se quase sempre orientada por uma preocupação utilitária evidente, não deixou porém de revestir outras formas. A dignidade dos locais de culto era também especialmente cuidada, como transparece num documento datado de 1355, referente ao embargo à construção de uma fornalha junto à Igreja de Santa Cruz na Ribeira de Santarém, «por a ditta fornalha mandar todo o fumo para a diita Igreja... e defumaria muito a ditta Igreja e as Imagens e Ornamentos que en ella estivessem»¹⁷.

A um núcleo exclusivo de preocupações de conservação motivado pelo valor de uso e pelo valor simbólico dos edifícios, outros factores vêm, aos poucos, agregar-se. Entendida como uma adição de mais-valia a objectos de outro modo comuns, a antiguidade passava a funcionar como elemento de integração num passado que se ia construindo como referente cultural e político. D. Afonso V protagonizou dois casos paradigmáticos desta atitude emergente. O primeiro exemplo reporta-se ao pedido de Soeiro Mendes, cavaleiro da casa do rei, para poder utilizar duas pedras lavradas de um templo romano da cidade de Évora com o objectivo de enobrecer uma casa que então construía. Acedendo à solicitação, D. Afonso V não concorria decerto para a manutenção de tão importante testemunho da dominação romana da cidade, mas ao reconhecer que as «ditas pedras aproveitam pouco honde estam» não deixava de acrescentar que «em as ditas casas foram muyto e ainda he nobreza as cidades averem em ellas boas casas taes com as do dito Sueiro Mendes»¹⁸, o que não deixava em todo o caso de acompanhar um espírito de preservação fragmentária caracteristicamente medieval¹⁹.

Mais curioso é o caso respeitante à ponte romana de Alcântara. Encontrando-se as tropas de Castela, durante um dos episódios da guerra com os Reis Católicos, em 1475, a destruir a ponte a fim de evitar a passagem dos exércitos de D. Afonso V, o rei pediu que se suspendesse a demolição «porque no quería el reino de Castilla com aquel edificio menos»²⁰.

À cristalização de um interesse genuíno pelo Antigo, investindo tanto os estudos humanísticos como um nascente gosto pela arqueologia clássica, liga-se o aparecimento da história urbana que, sob a pena dos humanistas, lançou um olhar atento sobre os principais monumentos das cidades. André de Resende foi, entre nós, um dos seus expoentes mais importantes. A atenção que o polígrafo prestou à cidade de Évora e aos seus edifícios históricos ajudou decerto à valorização monumental do seu património clássico. O que André de Resende procurava contudo em obras como a *Historia da Antiguidade da cidade de Évora*, dada à estampa em 1553, era a afirmação de superioridade da cidade, legitimando-a neste caso pela importância do seu passado histórico, não hesitando mesmo em recriar o cipo romano com inscrição comemorativa, que hoje se conserva no Museu de Évora²¹. É ainda um mesmo olhar que se estende em obras como *Urbis Olisiponis Descriptio*, de Damião de Góis, publicada em Évora em 1554, onde para além da história da cidade se aborda o seu património monu-

mental²², *Corographia*, de Gaspar Barreiros, de 1564, ou em *Da Fábrica que falece à cidade de Lisboa*, manuscrito de Francisco de Holanda (1571) que propunha o acerto monumental de Lisboa com o seu prestígio histórico e político²².

Não apenas a história antiga aflorava nas preocupações contemporâneas. Estruturou-se sobretudo, em paralelo, um claro discurso de legitimação da própria dinastia de Avis/Beja com reflexos na tentativa de preservação e valorização ideológica de monumentos específicos. Em Santa Cruz de Coimbra refazem-se, por exemplo, os túmulos de D. Afonso Henriques e D. Sancho, por iniciativa do mecenato manuelino, marcando-os o rei com a sua empresa²³. O caso dos Jerónimos revela aspectos diferentes do entendimento do valor simbólico do próprio edifício. Construído para panteão real a partir de 1496, abundam desde então as posturas régias definindo uma verdadeira zona *non aedificandi*, que iam da «ordem directa de demolição de clandestinos [...] à proibição de estender roupa na praia em frente ao Convento»²⁴. A Filipe II, que se esforçou igualmente na criação de instrumentos retóricos de legitimação, não podia certamente interessar o mosteiro manuelino do Restelo, não deixando por isso de se concentrar a sua atenção na conservação de outros velhos edifícios. Entrevista como necessidade política, na perspectiva de emulação da dinastia precedente, foi recordada certa vez a Filipe III, pelos monges Jerónimos da Penha Longa, pois «quando os Reis de Portugal seus avós permaneciam em Lisboa, visitavam frequentemente o Mosteiro, não deixando que as edificações entrassem em ruína»²⁵. Em 1590 Filipe II «refundou» o velho mosteiro de S. Vicente de Fora em Lisboa, ex-voto de Afonso Henriques depois da conquista de Lisboa, mas o processo de reconstrução do Torreão do Paço da Ribeira é, de todos, o mais interessante, dada a escolha de um partido que optou pela continuidade volumétrica em relação ao torreão manuelino, que assim se mantinha como uma das imagens fortes da cidade²⁶.

As competências atribuídas aos principais arquitectos do Reino nos séculos XVII e XVIII testemunham a especial importância que assumia para a Corte a manutenção das fábricas ligadas simbolicamente aos momentos fastos da monarquia portuguesa. Até cerca de 1650 existiu um Mestre de Obras do Convento de Cristo, em Tomar, tradição que se fechou com a morte do arquitecto Jerónimo Rodrigues²⁷, e se o cargo pode ter sido meramente honorífico, não restam dúvidas de que um acompanhamento regular ao Convento fora prestado no âmbito da Casa

Real e sempre, seguramente, devido ao peso simbólico que exercia no imaginário português contemporâneo. Por isso escrevia João Antunes em 1699, quando acumulava já o cargo de Arquitecto das Ordens Militares e de Arquitecto Real, que «por ordem de Vossa Magestade fui à villa de Tomar nella vy as cazas da perlazia e vemdo as Roinas a que percizamente se deve acudir antes de que todo se acabem...»²⁸. Já no fim da vida, no ano de 1712, João Antunes é de novo chamado a intervir, desta feita nos Jerónimos²⁹.

O Mosteiro da Batalha era, em paralelo, objecto de preocupações. Em 1689 promulgou D. Pedro II o *Regimento do Veador & Escrivão das obras do Mosteiro de Nossa Senhora da Batalha*, desenhando um quadro administrativo bastante sumário mas sem dúvida expedito para lançar as empreitadas necessárias para a conservação do Mosteiro³⁰.

Parece ser com o século XVIII que surgem as primeiras políticas articuladas de conservação e restauro patrimoniais, condensadas agora num único quadro conceptual e acompanhadas por uma ampla produção legislativa, pelo aperfeiçoamento dos suportes técnicos de intervenção, pelo aparecimento da ideia de «restituição» e de um discurso integrador do objecto no seu contexto histórico. É a época que vê surgir toda uma literatura específica relativa a métodos «científicos» de restauro e cuja divisão do trabalho contempla mesmo o aparecimento de oficinas especializadas, como a do italiano Pietro Guarenti, pintor bolonhês que iniciou em Portugal o restauro de pintura antiga e que aqui deixou escola³¹.

Um Alvará que D. João V assinou em 1721 atribuía à Academia Real de História, de fundação recente, o exame dos «monumentos antigos que havia e se podiam descobrir no reino dos tempos em que n'elle dominaram os Phenices, Gregos, Persas, Romanos, Godos e Arabios»³². O considerável alargamento do próprio conceito de monumento carreou para a atenção dos académicos, além dos edifícios, «estatuas, marmores, cippos, laminas, chapas, medalhas, moedas e outros artefactos»³³.

Este processo de abertura está bem elucidado, por exemplo, nos cuidados postos pela Academia na preparação da obra historiográfica que se propôs editar. Vejamos um caso específico. Chamado a escrever as *Memórias para a História Eclesiástica do Arcebispado de Braga* – publicadas entre 1722 e 1747 –, D. Jerónimo Contador de Argote recorreu, na recolha de material, à colaboração dos párocos da arquidiocese. Concorrendo para a poderosa afirmação de

Retrato de D. João V
Pompeu Batoni (1708-1787)
óleo sobre tela
Alt. 124mm x 102mm
Palácio Nacional da Ajuda,
inv.º n.º 508

Pompeu Batoni foi um dos pintores italianos mais apreciados pela coroa portuguesa no século XVIII, servindo D. João V e mesmo sua neta D. Maria I com algumas pinturas para a Basílica da Estrela. Este retrato de D. João V é considerado cópia de obra hoje desaparecida, atribuída a Vincenzo Bacarelli, ou Domenico Parodi.

O papel do «Magnanime» na protecção do património cultural português foi decisivo ao instituir a Academia Real da História, e pela assinatura do alvará de 20 de Agosto de 1721, incentivou a inventariação e conservação dos exemplares mais representativos do património nacional.



uma «história local», com a sua especificidade e as suas regras, algumas das respostas mostravam de facto como estavam a ser conquistados para o território da história variadíssimos testemunhos materiais até aí ignorados. Em 1744, um dos párocos do aro bracarense, o P.^e António de Sousa Pinto, queixava-se a D. Jerónimo de que «saindo do lugar da Carrazeda para o de Marzagão, aonde se apartam os caminhos [...] no sitio que chamam Madorrinha me lembro estar a desfazersse hũa Anta (e) hoje della so existem 3 pedras toscas levantadas». O monumento megalítico constituía para o pároco uma valiosa referência a cultos imemoriais: «todas estas Antas ou Altares sacros e antiguos sam compostas toscas sem arteficio algum, e tem a tradiçam vulgar que nelles offerecia o antiguo povo gentilico os sacrificios daquelle seo tempo a Deos»³⁴.

Esta atitude inovadora tinha sido preparada, em todo o caso, e para a área específica de Braga, pelas esclarecidas políticas de arcebispos como D. Rodrigo de Moura Teles (1704-1728). D. Rodrigo, apostado na afirmação do primado da arquidiocese, tomou algumas medidas exemplares nos domínios da conservação e restauro de património móvel e edificado. Para tributo simbólico à antiguidade romana da cidade de Braga «mandou reedificar com letras, as inscripções, que qasi se não lião nas colunas dos Imperadores Romanos, que estavam no Campo de Santa Anna junto à capella; e pôz de novo uma que em tudo gastou 60\$000 réis»³⁵. A atenção dispensada pelo prelado ao templo de S. Frutuoso de Montélios foi ainda mais reveladora, juntando à memória da antiguidade pagã os relatos hagiográficos da cristianização medieval: quando se pretendeu reconstruir o templo consagrado a S. Frutuoso, D. Rodrigo não autorizou a destruição do edifício moçárabe «por não se deperder a antiguidade da que havia» e só custeou a nova fábrica «com tanto que sempre ficasse memoria da antiga»³⁶. Este interesse, marcado por um forte cunho ideológico, contrastou com um outro episódio contemporâneo em que se nota já o afloramento de uma atitude conservacionista preocupada com o valor puramente estético do objecto. Ainda a Braga foi chamado o engenheiro Manuel Pinto de Vilalobos em finais do século XVII para dar um parecer sobre a eventual destruição de um troço da muralha da cidade. O engenheiro não concordou com o propósito, pois embora não servindo «mais que de ornato pois se lhe não considera defensa algüa por serem as torres quadradas, e por consequencia se não poderem franquear os muros por sua altura» deviam ser

conservados «naõ só a respeito do refferido ornato mas por ordem a proveitar a pedra quando convenha fortificar a cidade»³⁷.

A mesma preocupação, já muito apurada, só a encontramos muito mais tarde com o arquitecto italiano que com Costa e Silva riscou o Palácio da Ajuda. Francisco Xavier Fabri, certamente inspirado pelo clima cultural que sustentava a curiosidade de eruditos como Fr. Manuel do Cenáculo e o Bispo algarvio Gomes de Avelar, elaborou entre 1799 e 1800 relatórios circunstanciados das medidas de protecção que pudessem evitar a destruição das recém-descobertas ruínas do teatro romano de Lisboa e que incluíram a compra do «terreno e a Parede dos Edificantes» para que se tornasse «a colocar outra vez no seu lugar parte das Pedras de Inscricção, que se tirarão para fora antes de eu ser encarregado de vigiar sobre a indagação daquelas Antiguidades; e que se faça huma parede ao redor do Teatro, não só para conservação daquele Monumento e de todos os mais fragmentos de Architectura, de Capitéis e Colunas q ali se tem descoberto»³⁸.

NOTAS

¹ Françoise Choay, *L'Allégorie du Patrimoine*, Paris, 1992, p. 28.

² Erwin Panofsky, *Renascimento e Renascimentos na Arte Ocidental*, Lisboa, 1981.

³ Françoise Choay, obra cit., pp. 30-31.

⁴ Idem, ibidem, p. 44.

⁵ Uma abordagem a esta problemática encontra-se esboçada em Erwin Panofsky, *El Significado en las artes visuales*, Madrid, 1985, p. 195 e segs.

⁶ Fachada reconstruída atrás, recorrendo a um complexo programa iconográfico. Marco Dezzi Bardeschi, «Sole in León Battista Alberti; Astrología, Cosmología y Tradición hermética en la fachada de Santa Maria Novella» in *León Battista Alberti*, Barcelona, 1988, pp. 123-175.

⁷ Sobre este assunto cfr. Renato Cevese, «La "riformazione" delle case vecchie secondo Sebastiano Serlio» in *Sebastiano Serlio*, Milano, 1989, pp. 196-202.

⁸ E. Panofsky, obra cit., p. 211.

⁹ Segundo Howard Burns, cit. por Manuela Morresi, «Contra»Porti a Vicenza – Una famiglia, un sistema urbano e un palazzo di Lorenzo da Bologna» in *Annali di Architettura*, 2, Milano, 1990, p. 106.

¹⁰ Hans Tietze, cit. por E. Panofsky, op. cit., p. 202.

¹¹ Idem, p. 203.

¹² Louis Grodecki, «Le "Gothique" retrouvé – Avant Viollet-le-Duc» in *Le Moyen-Âge Retrouvé*, Paris, 1991, p. 352.

¹³ Juan Antonio Calatrava Escobar, «El descubrimiento de Pompeya e Herculano y sus repercusiones en la cultura ilustrada» in *Fragmentos*, n.ºs 12, 13, e 14, Madrid, Julho 1988, p. 85.

¹⁴ ANTT – *Núcleo Antigo*, L.º 3, «Livro das partidas de Castela».

¹⁵ Jorge Larcher, *Castelos de Portugal*, Lisboa, 1933, p. 13.

¹⁶ Joaquim de Oliveira Caetano, «A Ordem de Santiago e a Arte» in *A Ordem de Santiago; História e a Arte*, Palmela, 1990, p. 82.

¹⁷ Pedro Canavarro, «Acheegas documentais para o estudo e defesa do património» in *Minia*, 2.ª série, 1978, p. 35.

Da Idade Média ao Século XVIII

¹⁸ Sousa Viterbo, *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*, 2.^a edição, vol. I, Lisboa, 1988, p. 307.

¹⁹ Rafael de Faria Moreira, *A Arquitectura do Renascimento no Sul de Portugal* (Dissertação de Doutoramento apresentada à FCSH, UNL), Lisboa, 1991, p. 215.

²⁰ *XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura – Museu Nacional de Arte Antiga*, vol. I (Cat. exposição), Lisboa, 1983, n.º 393.

²¹ *Portugal et Flandres* (Cat. exposição), dir. por Rafael Moreira, Bruxelles, 1991, n.º 38.

²² Francisco de Holanda, «Da Fabrica que falece à Cidade de Lisboa», pub. por Jorge Segurado in *Francisco de Holanda*, Lisboa, 1970.

²³ Paulo Pereira, *A Obra silvestre e a esfera do Rei*, Coimbra, 1990, António Nabais, «Património Cultural» in *Diccionario Enciclopédico de História de Portugal* (dir. José Costa Pereira), vol. II, Lisboa, pp. 84-86.

²⁴ Walter Rosa, «Elementos da estrutura urbana de Belém até ao século XVIII» in *Centro Cultural de Belém*, Lisboa, 1989, p. 126.

²⁵ «A viagem de Filipe III a Portugal; Itinerários e problemática» in *Revista de Ciências Históricas*, Porto, vol. II, 1987.

²⁶ Rafael Moreira, «O Torreão do Paço da Ribeira» in *Mundo da Arte*, 14, 1983, pp. 43-48. O primitivo Torreão surge representado na pintura atribuída a Jorge Afonso «Os Santos Mártires de Lisboa», Museu Carlos Machado, Ponta Delgada.

²⁷ Ayres de Carvalho, *D. João V e a arte do seu tempo*, 2.º vol., s/l, 1962, extratexto – «Mestres da aula de Arquitectura civil dos Paços da Ribeira».

²⁸ Ayres de Carvalho, obra cit., p. 154.

²⁹ Rafael Moreira, *Os Jerónimos*, Lisboa, Verbo, 1987, p. 22.

³⁰ O interesse régio comprova-se pela inclusão deste documento no *Regimento que se hade observar na Receita e despesas das Casas de obras dos Paços desta cidade*, & Reyno, Lisboa, oficina de Miguel Deslandes, 1689.

³¹ Nuno Saldanha, «O restauro e a conservação da pintura em Portugal no século XVIII» in *A Edificiorum*, ano 2, Janeiro/Julho, 1989, p. 80.

³² Cit. por António Nabais, obra cit.

³³ Idem.

³⁴ Biblioteca Nacional de Lisboa – Reservados, Mss. 64, n.º 22, doc. 37, fl. (3).

³⁵ Sobre algumas das despesas mecenáticas de D. Rodrigo, cf. Bernardino José de Silva Freitas, *Memórias de Braga*, Braga, 1980, vol. I, pp. 306-309.

³⁶ Frei Francisco de Santiago, *Chronica da Santa Província de N.ª Senhora da Soledade*, Lisboa, 1762, pp. 505-506.

³⁷ Miguel Soromenho, *Manuel Pinto Villalobos – Da engenharia militar à arquitectura* (Dissertação em história da Arte apresentada à FSCH/UNL), texto policopiado, vol. I, Lisboa, 1992, p. 193 e notas 106-107. Este engenheiro reconstruiu ainda a Casa da Carreira na Vila de Viana aproveitando de modo inédito a cantaria manuelina no que constituiu talvez um dos primeiros exemplos de recurso a linguagem arquitectónica historicista.

³⁸ Cit. por Ayres de Carvalho, *Os Três Arquitectos da Ajuda*, Lisboa, 1979, p. 152, nota 8. (Cf. também Paulo Varela Gomes, *A Cultura Arquitectónica e artística em Portugal no século XVIII*, Lisboa, 1988, pp. 69 e segs.).